



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

PAR. 000546/2014 COHID/IBAMA

Assunto: Reunião Pública para discussão do PBCA – UHE Santo Antônio.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Avaliação das observações da Reunião Pública, ocorrida em Porto Velho, para discussão do Projeto Básico Complementar Alternativo da UHE Santo Antônio.

I. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de apresentar, discutir o Projeto Básico Complementar Alternativo (PBCA) da UHE Santo Antônio e colher subsídios para avaliação da viabilidade ambiental do projeto, realizou-se Reunião Pública em Porto Velho. O evento ocorreu no dia 18 de dezembro de 2013, no Ello Eventos, localizado na Avenida Guaporé, 2365, Bairro Lagoa, tendo iniciado as 17:00 e finalizado as 01:20 do dia 19 de dezembro de 2013.

Foram registradas 512 assinaturas na lista de presença, os organizadores relataram que algumas pessoas não assinaram a lista de registro, podendo a participação ter sido maior que número registrado. No documento SAE 4561/14 a concessionária afirma que estavam presentes na reunião 800 (oitocentas) pessoas. Para questões processuais será adotado o número registrado na lista de presença, ou seja 512 pessoas.

As atividades iniciaram-se com a leitura do regulamento da Reunião Pública, quando o Ibama fez breve apresentação sobre os objetivos do evento. Em seguida a Santo Antônio Energia apresentou o projeto de engenharia e os resultados dos estudos realizados para subsidiar as análises de viabilidade da ampliação da UHE Santo Antônio em 6 turbinas e alteamento da cota do reservatório em 0,80 metros.

Após as apresentações foram realizados debates sobre os questionamentos levantados pela população presente no evento. Os questionamentos foram apresentados por escrito, os quais o presidente da mesa fez a leitura e questionamentos orais, apresentados pelos próprios presentes, os responsáveis pela resposta (Ibama, SAE) realizaram os esclarecimentos.

Durante o evento, representantes da Comunidade de Jacy-Paraná realizaram um protesto pacífico, com a apresentação de faixas, nas quais expressavam os sentimentos da comunidade quanto ao projeto de ampliação da UHE Santo Antônio. As faixas apresentavam dizeres como “Queremos Audiência Pública em Jacy-Paraná - temos esse direito”; “Jacy-Paraná não tem esgoto, água encanada, rua pavimentada, hospital, iluminação pública, segurança - Jacy-Paraná é o distrito do NÃO TEM”; “Jacy-Paraná tem corrupção, drogas, água poluída, roubos, assaltos, assassinatos, acidentes na BR 364, prostituição e DSTs” ; “Jacy-Paraná também é Brasil e merecemos respeito”, conforme registrado no anexo I.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Registra-se que durante a reunião os presentes foram convocados por representantes do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) a se retirarem do evento, conforme consta na ata da reunião. Muitos dos presentes aderiram ao movimento, acontecendo um esvaziamento parcial na plenária. A reunião teve continuidade e somente foi finalizada após prestar os esclarecimentos a todas as pessoas que permaneceram na reunião.

Durante a reunião foram protocolados 03 documentos, sendo um requerimento da Sra. Marta Alves Rocha, uma sugestão de pauta para Reunião Pública de Jacy Paraná - enviado pela comissão de moradores de Jacy Paraná e uma denúncia de não indenização de pessoas na cota 73.5m em Jacy Paraná. Os mesmos serão avaliados e anexados ao processo administrativo.

Ao final da reunião foi informado o prazo de 15 dias para a entrega de novos questionamentos ou contribuições ao processo.

II. ANÁLISE

A realização da Reunião Pública ocorreu no Ello Eventos. O local apresentou boas acomodações, com climatização e cadeiras para os presentes, a estrutura de iluminação pode ser considerada adequada, quanto ao som em alguns momentos o retorno para a mesa diretora ficou prejudicado. Foi disponibilizado transporte às comunidades diretamente atingidas, servido lanches e água aos presentes. Não foi possível aferir a qualidade do transporte oferecido.

Quanto as apresentações realizadas pelos representantes da concessionária, observou-se que a linguagem utilizada foi muito técnica, não facilitando a compreensão dos presentes, inclusive com o uso constante de termos técnicos que não fazem parte do vocabulário popular, como jusante, montante, deplecionamento. Em decorrência da complexidade do projeto, apenas a realização da reunião pública, certamente não foi suficiente para sanar todas as dúvidas sobre o projeto e seus respectivos impactos e medidas de mitigação à comunidade afetada.

As fichas para questionamentos foram distribuídas após as apresentações do projeto, nas quais poderiam ser feitos tanto questionamentos por escrito quanto solicitação para explanação oral. Foram registradas 19 solicitações para apresentação oral e 102 fichas com questionamentos por escrito, ressalta-se que em várias fichas havia mais de um questionamento.

Os principais temas abordados pelos presentes foram: i) alteamento do lençol freático no PA Joana D'arc; ii) alteamento do lençol freático em Jacy-Paraná; iii) aumento na incidência de vetores na região do PA Joana D'arc; iv) incidência de animais peçonhentos e grandes felinos na região do PA Joana D'arc; v) afetação em Jacy-Paraná; iv) questões relacionadas ao processo de indenização e remanejamento; vi) qualidade da água para consumo em Jacy-Parana; vii) questionamento sobre audiência pública em Jacy-Paraná; viii) atividade de extração mineral e; ix) pesca.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Com a evasão de muitos presentes da reunião, conforme registrado neste Parecer, muitos questionamentos não foram esclarecidos, já que, em respeito ao público presente, somente era lida a questão quando o inscrito estava presente na plenária, desta forma, constatou-se que muitas pessoas foram embora sem, no entanto, ter sua questão esclarecida.

De modo geral, observou-se na reunião que os presentes não se mostraram favoráveis ao projeto apresentado. Os presentes questionaram o processo de divulgação da Reunião Pública, assim como o local selecionado para o evento (Porto Velho). Muitos solicitaram a realização de Reunião Pública em Jacy-Paraná, por se tratar de comunidade diretamente afetada com os impactos do novo projeto.

Sobre a divulgação do evento, a SAE informou por meio do documento SAE 4561/14, que cumpriu o plano de divulgação da Reunião Pública. Afirmou que produziu e distribuiu três mil cartilhas do projeto de ampliação de geração de energia, conforme a minuta aprovada pelo Ibama. Informou que todas as famílias atingidas diretamente pelo projeto receberam o material, durante as visitas da equipe de comunicação. O documento não informa quantas famílias foram atendidas pelas visitas.

O documento da SAE informa que foram realizadas reuniões prévias direcionadas às lideranças do distrito de Jacy-Paraná, comunidade de Porto Seguro, funcionários da Emater, Central Única dos Trabalhadores, Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Rondônia e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, contudo não foram apresentadas as atas das reuniões. No documento SAE 4591/14 foi apresentado registro fotográfico dos eventos. O mesmo documento apresenta Ata Notarial, registrada no cartório Carvajal- II Ofício de Notas e Registro Civil, no qual é registrada a divulgação de faixas convidando a população para a reunião.

A SAE afirma ter realizado todas as ações previstas no Plano de Comunicação, no entanto, os resultados da pesquisa referente ao conhecimento sobre o tema e expectativas dos moradores, ação prevista no plano, não foram apresentados no “Relatório de Divulgação”, nem em documentos anteriores. O referido Relatório, protocolado no Ibama, não traz informações sobre o número e assuntos dos questionamentos depositados nas urnas de comunicação social. Sobre as cartilhas os documentos afirmam que foram distribuídas 3.000 cartilhas para todas as famílias diretamente atingidas pelo projeto.

A avaliação dos principais questionamentos apresentados durante o evento e em conversas informais com os presentes constatou que muitos não receberam as visitas porta a porta, com a apresentação das cartilhas, conforme previsto no Plano de Comunicação. Houve relato ainda de que só ficaram sabendo do evento por terceiros. Em regiões como no Reassentamento Santa Rita, os relatos é que não tiveram nenhum tipo de divulgação do evento.

Há de se registrar que grande parte da insatisfação dos presentes se relaciona aos passivos do processo de licenciamento da UHE Santo Antônio na cota atual (70,2 m). Principalmente nos aspectos relacionados ao alteamento do lençol freático e da



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

proliferação de vetores na região do PA Joana D'arc. Neste sentido, seria pertinente uma reavaliação, por parte do Ibama, dos relatórios apresentados pela concessionária e um esforço da SAE para sanar todo e qualquer problema relacionado aos passivos do processo.

A seguir apresentaremos um aprofundamento dos principais temas abordados pela comunidade na reunião, assim como recomendações quando necessárias.

• **Alteamento do lençol freático no PA Joana D'arc**

A questão do alteamento do lençol freático no PA Joana D'arc mostrou-se objeto de diversos questionamentos na reunião pública. Segundo os relatos dos participantes, houve alteamento do lençol freático, o que vem causando impactos à qualidade da água e à produção agrícola. Sobre esse assunto, foi elaborada Nota Técnica 007056/2013, na qual foi indicado que *“durante o período de janeiro de 2012 a agosto de 2012 o nível do lençol freático permaneceu de 1,5 a 2,0 metros acima da cota normal pré enchimento, evidenciando a ação do barramento do rio Madeira nas cotas de profundidade do lençol freático. Após este período, coincidindo com o início do período de seca, as cotas do lençol freático aumentaram para níveis um pouco abaixo dos níveis registrados pré enchimento do reservatório.”* Em outro trecho da referida NT consta a seguinte informação *“O relatório conclui a respeito da elevação das cotas, que pela análise dos dados, estas apontam para uma estabilização do processo de enchimento do reservatório. Afirma ainda a conclusão que o regime pluviométrico, quando comparado o perfil das curvas pluviométricas com a elevação do lençol freático, demonstra que este teve pouca ou nenhuma influencia nesta elevação, sendo esta “essencialmente reflexo da elevação induzida do lençol freático, promovida pelo enchimento do reservatório.”Na conclusão, solicita ao empreendedor o aumento no esforço de amostragem para a região em questão, na forma de instalação de novos poços de monitoramento com amostragens automáticas, aumentando também a frequência da coleta de amostras para realização de ensaios analíticos de qualidade da água. Há de se ressaltar que a avaliação realizada se relaciona a cota atual do reservatório da UHE Santo Antônio, e que não se mostrou conclusiva sobre possíveis impactos sociais decorrentes de alteamento de lençol freático. Nesse sentido, fica claro que há necessidade de uma caracterização robusta da área nos aspectos relacionados ao lençol freático, desta forma, sugere-se que seja feito monitoramento, com ampliação da malha amostral, conforme já recomendado na NT 07056/2013, de modo a se formar uma base de dados para o monitoramento previsto no Programa Complementar de Monitoramento do Lençol Freático. A NT 7056/2013 foi encaminhada à SAE por meio do Ofício 02001.000322/2014-88 DILIC/IBAMA (15/01/2014), que solicitou ainda o encaminhamento, em 30 dias, de *“avaliação dos possíveis impactos causados pela elevação do nível do lençol freático na qualidade da água dos poços de captação de água para consumo humano, assim como na incidência de vetores na área de influência do empreendimento, no encharcamento de terras produtivas, dentre outros.”**

Em relação as condições atuais do Assentamento Joana D'arc, estão sendo feitas tratativas entre o Incra, SAE, Ibama e moradores do Joana D'arc para atendimento da população do



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

PA, com comprometimento do Incra de fazer o remanejamento de famílias que se encontram em situação de comprometimento do lote, nos aspectos relacionados à qualidade de vida e produção, situação que já ocorria antes da implantação da usina de Santo Antônio na região. Dando continuidade a essa tratativa, recomenda-se que sejam solicitadas ao Incra informações sobre o desenvolvimento das ações acordadas entre as partes. Além de posicionamento sobre os impactos adicionais ao PA e as medidas mitigadoras previstas no âmbito do PBCA.

• **alteamento do lençol freático em Jacy-Paraná/qualidade da água para consumo em Jacy-Paraná;**

Durante a reunião pública houve vários relatos sobre possíveis impactos na qualidade da água para consumo em Jacy-Paraná. Segundo os moradores, o comprometimento da qualidade da água estaria relacionado ao alteamento do lençol freático no local.

De acordo com análise dos dados do monitoramento da qualidade da água subterrânea anteriores ao enchimento do reservatório na cota atual (70,2 m), alguns poços monitorados na região de Jacy-Paraná apresentaram alterações em alguns parâmetros monitorados, indicando comprometimento na qualidade da água para consumo.

Tendo em vista os fatos relatados na reunião pública sobre a alteração da qualidade das águas dos poços localizados em Jaci-Paraná e os resultados do monitoramento que está sendo realizado, recomenda-se que seja solicitado à Santo Antônio Energia o aumento da frequência da coleta de amostras para realização de ensaios analíticos das águas subterrâneas do Programa de Monitoramento do Lençol Freático e do Cadastramento das Fontes Hídricas na Área de Influência Direta - AID, de forma a caracterizar eventuais alterações na qualidade da água. Sugere-se que as coletas para análise sejam feitas nos MNA's 29, 30, 53, 54, 55 e 56, assim bem como em outras fontes que vierem ser instaladas e ou cadastradas.

Como os monitoramentos anteriores ao enchimento do reservatório na cota atual já indicavam essas anomalias em relação aos padrões de potabilidade estabelecidos, e por se tratar de situação de risco a saúde humana e a necessidade de tomada de providências o mais breve possível, recomenda-se que o Ibama comunique os resultados dos monitoramentos aos órgãos de interesse relacionados à área de saúde e informe-os sobre a identificação de parâmetros que coloquem sob risco a saúde da população de acordo com a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde.

Recomenda-se ainda que a SAE envide esforços junto ao órgão responsável, para a busca de soluções para o problema relatado acima.

• **aumento na incidência de vetores na região do PA Joana D'arc**

Os moradores do PA Joana D'arc relataram, em diversas oportunidades, um aumento significativo na quantidade de vetores nas regiões que formam o assentamento, relacionando esse aumento com a formação do reservatório na cota atual. Mostraram ainda preocupação quanto ao alteamento da cota, pois acreditam que isso potencializará



os problemas já enfrentados pela população na atualidade.

Os dados de monitoramento de vetores, encaminhados ao Ibama no âmbito do Subprograma de Monitoramento de Vetores, foram analisados na NT 07056/2013. Os dados indicaram que houve aumento na abundância de anofelinos e flebotomíneos, vetores de malária e leishmaniose, respectivamente, e que a análise de simuliidae e treotomíneos não pôde ser realizada, devido a carência de dados. A referida NT recomenda que sejam implementadas as ações complementares para controle de ambos os vetores, malária e leishmaniose. Assim como a manutenção das atividades de monitoramento para avaliação quanto a estabilização das populações, tendo em vista a flutuação populacional dos vetores entre as estações. Recomenda-se que seja realizada avaliação específica quanto a possível origem do aumento populacional de vetores, com indicação de medidas mitigatórias complementares àquelas já implementadas. Sobre o alteamento da cota, a NT recomenda que seja feito um maior esforço amostral de modo a dar maior segurança à população assentada nesta região, assim como ao próprio empreendedor na condução do processo de licenciamento ambiental.

• **Incidência de cobras e grandes felinos na região do PA Joana D'arc**

Com os relatos apresentados na reunião não é possível fazer uma avaliação sobre os fatores que podem estar relacionados ao aumento da ocorrência desses animais na região. Nem mesmo é possível afirmar se houve ou não esse aumento, uma vez que para isso há necessidade de registros de monitoramento anterior ao enchimento do reservatório. Sugere-se que as informações sejam qualificadas, com a realização de entrevistas aos assentados na tentativa de verificar os principais pontos de ocorrência, assim como uma avaliação dos dados disponíveis no Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, para discussão posterior dos encaminhamentos a serem tomados sobre o tema.

• **Questões relacionadas ao processo de indenização e remanejamento**

Sobre indenização e remanejamento as principais dúvidas se relacionavam a áreas atingidas e tipo de tratamento.

Persistem muitas dúvidas sobre as áreas que realmente serão atingidas. O entendimento sobre o funcionamento da regra operativa é complexo o que dificulta ainda mais aos atingidos a compreensão sobre as áreas afetadas. Nesse sentido, sugere-se que sejam feitas visitas porta a porta, na qual deverá ser entregue mapas/imagens das propriedades indicando a área que poderá ser afetada pela formação do reservatório e APP, assim como esclarecimentos sobre os possíveis tratamentos no âmbito do Programa Complementar de Remanejamento da População.

• **Representatividade de Jacy-Paraná/Posicionamento sobre a necessidade de realizar reunião no local**

Jacy-Paraná foi tema de diversos questionamentos durante a reunião pública, tanto relacionados ao alteamento da cota, quanto denúncias sobre as condições da comunidade. Com as dúvidas apresentadas na reunião, pode-se inferir que o Plano de Comunicação



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

previsto para a comunidade não atendeu de forma efetiva aos seus objetivos. A comunidade apresenta muitas dúvidas quanto a área realmente afetada na comunidade, o funcionamento da regra operativa, tratamento que a comunidade receberá por parte da SAE, dentre outros. De fato o entendimento sobre o funcionamento da regra operativa do reservatório, com vistas a proteção da infraestrutura social de Jacy-Paraná é assunto muito complexo. Desta forma, nem as ações já executadas pela SAE de comunicação e nem a reunião pública realizada conseguiram sanar as dúvidas da comunidade local.

No Relatório de Atividades de Divulgação, apresentado pela SAE, constam duas Atas Notarial nas quais estão registadas a divulgação realizada em Jacy-Paraná e a disponibilização de ônibus para o deslocamento dos interessados à reunião pública em Porto Velho.

Com objetivo de melhor informar a população local sobre os impactos do projeto, recomenda-se que seja solicitado a SAE a execução de Plano de Comunicação Complementar direcionado à comunidade de Jacy-Paraná. O plano deverá prever a confecção e distribuição de folders, cartilhas e demais recursos visuais que se mostrarem pertinentes, divulgação de campanhas informativas em rádios locais e realização de oficinas informativas, nas quais os participantes possam expor suas dúvidas e aflições quanto ao projeto. Quanto às oficinas, deverão ser conduzidas por profissionais especializados em metodologias participativas. O Ibama deverá ser comunicado com antecedência mínima de 20 dias sobre as datas e locais das oficinas, de modo a viabilizar a participação de representantes do órgão. A execução dessas atividades complementares se faz necessária uma vez que a reunião pública ocorrida em Porto Velho não conseguiu sanar todas as dúvidas da população local. Recomenda-se ainda que seja feita nova campanha de informação aos moradores do Reassentamento Santa Rita, PA Joana D'arc e Reassentamento Coletivo Rural Jirau, com o objetivo de esclarecer quaisquer dúvidas que tenham restado a estas comunidades a respeito do projeto.

Após a execução do Plano de Comunicação Complementar, deverá ser encaminhado ao Ibama relatório das ações realizadas.

III. CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÕES

A reunião pública se apresenta como espaço no qual se possa garantir a participação social no processo de licenciamento do pedido de ampliação da capacidade de geração da UHE Santo Antônio. Na reunião ocorrida, pôde-se observar que a comunidade de forma geral, se posiciona contrária a concessão da autorização para o Projeto de Ampliação. Percebeu-se ainda, que as informações apresentadas pela concessionária, em atendimento ao Plano de Comunicação, não foram suficientes para sanar as dúvidas da sociedade. Sendo salutar a realização de medidas complementares de comunicação e informação,



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

principalmente relacionadas as áreas potencialmente afetadas e as medidas de controle e mitigação de impacto.

A situação do PA Joana D'arc se mostrou bastante sensível, os moradores do assentamento demonstraram descontentamento com as condições atuais do assentamento, principalmente com os aspectos relacionados a qualidade da água e lençol freático. Persistem dúvidas sobre os tratamentos a serem oferecidos no assentamento, além do número de famílias indicadas como afetadas no projeto.

Em Jacy-Paraná a situação atual da comunidade gerou manifestações durante o evento, além das questões referentes à qualidade da água e infraestrutura social foram destaques os questionamentos sobre a APP, sobre a regra operativa, áreas a serem afetadas e processo de indenização e remanejamento da população. Adicionalmente, a comunidade solicitou a realização de reunião pública, específica, na localidade.

Diante das observações relatadas neste Parecer Técnico recomenda-se que:

- Que a SAE faça monitoramento do Lençol Freático, com ampliação da malha amostral em Joana D'arc, conforme já recomendado na NT 07056/2013, de modo a se formar uma base de dados para o monitoramento previsto no Programa Complementar de Monitoramento do Lençol Freático.
- Que a SAE aumente a frequência da coleta de amostras para realização de ensaios analíticos das águas subterrâneas do Programa de Monitoramento do Lençol Freático e do Cadastramento das Fontes Hídricas na Área de Influência Direta - AID, na comunidade de Jacy-Paraná, de forma a caracterizar eventuais alterações na qualidade da água. As coletas para análise devem ser feitas nos MNA's 29, 30, 53, 54, 55 e 56, assim bem como em outras fontes que vierem ser instaladas e ou cadastradas.
- a SAE envie esforços junto ao órgão responsável, para a busca de soluções para a questão de qualidade de água em Jaci-Paraná;
- Seja solicitada à SAE a execução de Plano de Comunicação Complementar direcionado à comunidade de Jacy-Paraná. O plano deverá prever a confecção e distribuição de folders, cartilhas e demais recursos visuais que se mostrarem pertinentes, divulgação de campanhas informativas em rádios locais e realização de oficinas informativas, nas quais os participantes possam expor suas dúvidas e aflições quanto ao projeto. Quanto às oficinas, deverão ser conduzidas por profissionais especializados em metodologias participativas. O Ibama deverá ser comunicado com antecedência mínima de 20 dias sobre as datas e locais das oficinas, de modo a viabilizar a participação de representantes do órgão.
- seja feita nova campanha de informação aos moradores do Reassentamento Santa Rita, PA Joana D'arc e Reassentamento Coletivo Rural Jirau, com o objetivo de esclarecer quaisquer dúvidas que tenham restado a estas comunidades.
- a SAE encaminhe ao Ibama, após a execução do Plano de Comunicação Complementar, relatório comprovando as ações realizadas.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Adicionalmente recomenda-se que o Ibama solicite ao Incra informações sobre o desenvolvimento das ações acordadas entre as partes, no que diz respeito o PA Joana D'arc. Além de posicionamento sobre os impactos adicionais ao PA e as medidas mitigadoras previstas no âmbito do PBCA e comunique os resultados dos monitoramentos de qualidade da água subterrânea em Jacy-Paraná aos órgãos de interesse relacionados à área de saúde e informe-os sobre a identificação de parâmetros que coloquem sob risco a saúde da população de acordo com a Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde.

Brasília, 11 de fevereiro de 2014

Telma Bento de Moura

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Alessandra Cabral Leite Duim

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

David Fernando Cho

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Eduardo Wagner da Silva

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Leonora Milagre de Souza

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Sara Quizia Correa Mota

Analista Ambiental da COHID/IBAMA